



NOTA DE PESQUISA

Entre o mote e a glosa: os “anônimos” da “Marmota na Corte”

Between the motto and the gloss: the “anonymous” of the “Marmota na Corte”

Igor dos Santos Machado

Graduando em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0005-2820-3322>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo perscrutar as glosas contidas na “Marmota na Corte”, jornal que circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1849 e 1852. Essas poesias foram realizadas pelos próprios assinantes da gazeta que eram incentivados pelo redator a enviarem suas glosas com base em um “mote”, ou seja, o assunto proposto. A esses assinantes chamaremos de “anônimos”, já que, além de não terem a notoriedade de um Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu ou Gonçalves Dias – quem estamos mais habituados a estudar ao falarmos desse período –, também são pessoas que dificilmente conheceremos as suas identidades pois, na maioria dos casos, há a utilização de pseudônimos ou de abreviações em suas autorias. Aqui, não pretendemos analisar sistematicamente a estrutura textual das glosas, mas inseri-las em seu contexto histórico, e, a partir delas, entender os costumes e práticas características daquele período.

PALAVRAS-CHAVE: A “Marmota na Corte”. Segundo Reinado. Glosas.

SUMMARY: This article aims to examine the glosses in “Marmota na Corte”, a newspaper that circulated in the city of Rio de Janeiro, between the years of 1849 and 1852. These poems were written by the Gazeta’s subscribers themselves, who were encouraged by the editor to send their glosses, based on a “motto” - that is, the proposed subject. We’ll call these subscribers “anonymous” since, in addition to not having the notoriety of Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu or Gonçalves Dias – who we’re more used to studying when talking about this period – they’re also people whose identities are difficult for us to discover as, in most cases, pseudonyms or abbreviations were used in their authorship. Here we do not intend to systematically analyze the textual structure of the glosses, but to insert them in their historical context and through them understand the customs and practices characteristic of that period.

KEYWORDS: The “Marmota na Corte”. Second Reign. Glosses.

Introdução

Em 7 de setembro de 1849, nascia, no Rio de Janeiro, o jornal joco-sério “A Marmota na Corte” e que se empenharia até 1864 no divertimento e instrução dos seus leitores. Apesar da gazeta se prolongar por cerca de 15 anos, o presente artigo tem por foco a análise da primeira fase da Marmota. Trata-se de um momento de inauguração do jornal na capital e que teve como principal expoente a figura do baiano Próspero Diniz que, por ter uma postura mais polemista, priorizava textos em formato de crônica, fazendo fortes denúncias à capital.

Já na segunda fase, que vai de 1852 até 1857, o tipógrafo Francisco de Paula Brito ganha um papel preponderante como redator e o jornal sofre algumas mudanças quanto aos seus conteúdos, e até mesmo seu nome, que passa a ser “A Marmota Fluminense”. Na terceira e última fase, o periódico passa a se chamar apenas de “A Marmota” e vive seus anos finais de forma instável, correndo sérios riscos de ir à falência. Esse período vai de 1857 a 1864, ano da morte do redator e tipógrafo, Francisco de Paula Brito.

O periódico ficou famoso como um espaço de pluralidade em decorrência da participação de alguns agentes que, majoritariamente, eram silenciados naquele contexto de Segundo Reinado, como os negros e as mulheres. Sabe-se que nomes como Teixeira e Souza e Machado de Assis ofereceram importantes contribuições literárias ao jornal. Este, inclusive, começou sua carreira publicando poemas e romances no periódico¹. Ou seja, antes de se tornar um escritor celebrado, o jovem Machado de Assis recebeu, na Marmota, uma valiosíssima oportunidade de propalar suas obras.

Caso semelhante aconteceu entre as mulheres, como Beatriz Francisca de Assis Brandão e Ana Luiza de Azevedo Castro, que publicaram escritas poéticas e românticas. Além da oportunidade dada a esse grupo, de serem “ouvidos”, o jornal recebia alguns motes seguidos de uma glosa feita pelos seus assinantes. Tamanho o sucesso, que o redator resolveu desenvolver alguns concursos de glosas para seus colaboradores, cuja melhor receberia um prêmio. Na “Marmota na Corte” (1849 - 1852), quatro concursos foram realizados.

Há algumas contribuições envolvendo a importância de Machado de Assis no periódico, como a dissertação de Simionato (2009) e estudos bastante avançados sobre as contribuições femininas (Reis, 2020). No entanto, não foi

¹ Segundo Juliana Simionato, foram 56 textos machadianos publicados no periódico entre 1855 e 1861 (2009, p. 09).

encontrada uma análise do impacto dessas glosas dos que aqui se convencionou chamar de “anônimos”. Este termo é utilizado por nós não para denotar pessoas marginalizadas, como as mulheres e os negros daquela época. Mas para demarcar a imprecisão das identidades desses sujeitos. Tratam-se, dessa forma, de assinantes que contribuíram com a folha dos quais só sabemos, na maioria dos casos, seus pseudônimos ou as abreviações em suas autorias.

Para melhor aproveitamento desta pesquisa, buscaremos entender as diversas variantes que permeiam uma produção textual como a ação do redator, o propósito do jornal, seu público-alvo e conteúdos para, a partir daí, analisarmos o papel das glosas enviadas pelos assinantes para serem submetidas aos concursos. Tal como Roger Chartier (2010), entendemos que um texto está para além do autor e que há uma multiplicidade de agentes que podem influenciar em seus significados: “Os autores não escrevem os livros, nem mesmo os próprios. Os livros, manuscritos ou impressos, são sempre o resultado de múltiplas operações que supõem decisões, técnicas e competências muito diversas” (Chartier, 2010, p. 21).

Em suma, o jornal representa um importante marco na imprensa e na produção literária do Brasil oitocentista, configurando-se como um espaço plural que abrigou vozes de grupos tradicionalmente silenciados, como mulheres, negros e escritores anônimos. Ao longo de suas três fases, o periódico desempenhou um papel significativo tanto na circulação de ideias quanto na consolidação de talentos literários, como Machado de Assis, que deu seus primeiros passos no jornal.

A análise aqui proposta busca lançar luz sobre uma faceta menos explorada: o impacto das contribuições dos assinantes anônimos e suas glosas nos concursos promovidos pelo jornal, - que pode ser facilmente acessado, no caso da versão digitalizada, por meio da Hemeroteca Digital ou o acesso ao documento físico junto a Fundação Biblioteca Nacional. Com isso, pretendemos expandir a compreensão sobre o papel do periódico não apenas como veículo de grandes autores consagrados, mas também como espaço de interação e expressão literária acessível a um público diversificado.

Essa abordagem permite reforçar a ideia de que a imprensa oitocentista era mais do que um meio de divulgação de obras literárias; era também um local de trocas culturais e de valorização de novos agentes históricos, cuja atuação é essencial para entender o panorama cultural e literário do Brasil do século XIX.

Nossa pesquisa teve início com a tentativa de identificar periódicos que se distanciassem de uma linha editorial tradicional, marcada pela mera narração dos fatos e voltada a um público restrito, excluindo um amplo conjunto de agentes sociais. Durante esse processo, encontramos jornais que atendiam às nossas expectativas, como “O Jornal das Senhoras”, criado em 1852 por Juana Manso, argentina naturalizada brasileira. Voltado para o público feminino, esse periódico abordava temas como moda, belas-artes, literatura e teatro.

Outro periódico relevante foi “A Família: Jornal Litterario Dedicado à Educação da Mãe e da Família”, fundado por Josephina Alvares de Azevedo em 1888. Tratava-se de um jornal feminista que tinha como objetivo denunciar as desigualdades de gênero no Brasil e propor soluções para reduzi-las, como a educação igualitária, melhores condições políticas para as mulheres e a liberdade de expressão.

Por fim, identificamos “A Marmota na Corte”, que nos chamou a atenção tanto pela diversidade de seu conteúdo, quanto pelos concursos de glosas promovidos em suas edições. Não encontramos pesquisas que analisassem esses concursos ou os autores das poesias publicadas, o que nos motivou a aprofundar essa investigação.

Nossa hipótese inicial era de que os participantes dos concursos de glosas fossem indivíduos socialmente subalternos. No entanto, devido ao anonimato de muitos desses autores, essa suposição não pôde ser confirmada de maneira conclusiva. Algumas respostas foram obtidas ao longo da pesquisa e serão apresentadas neste artigo, mas a falta de identificação dos agentes limita qualquer afirmação definitiva.

A partir disso, concentramos nossa pesquisa em compreender a linha editorial do jornal, o perfil de seus assinantes — investigando se eram pessoas de baixa ou alta renda, mulheres, homens, jovens e entre outros — e a relação do redator com seu público. Esse estudo exigiu a leitura integral da primeira fase do periódico, tendo como referência os trabalhos de Juliana Simionato (2004) e Rinaldo Cavalcante dos Santos (2009).

A pesquisa demonstrou que, apesar do anonimato de muitos participantes dos concursos de glosas, esses eventos representaram um canal de participação ativa dos leitores, contribuindo para a construção de um jornalismo mais dinâmico e inclusivo. Além disso, a investigação sobre a linha editorial e o público do periódico evidenciou seu papel na difusão cultural e no estímulo à produção literária. Assim, ao lançar luz sobre os agentes menos estudados da

história da imprensa e da literatura brasileira, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla das múltiplas camadas que compunham a circulação de ideias no século XIX.

Próspero Diniz: o redator irreverente

Pouca coisa se sabe sobre seu principal fundador do jornal – Próspero Diniz – que, antes de inaugurar a dita gazeta, já era dono de uma outra do mesmo nome na Bahia e que, após sua estadia no Rio de Janeiro, ainda colaborava com a chamada “Marmota na Bahia”. Segundo Laura Junqueira de Mello Reis, foi devido ao seu temperamento audacioso e, como veremos, inalterável, que o levou a ter alguns embates na Bahia a ponto de ser exilado para a Corte (2020, p. 02). Diniz dirigia críticas contumazes a alguns nomes da política brasileira, sobretudo os saquaremas, e até comentários que geraram uma certa tensão entre seus assinantes.

Essa postura mais polemista traria algumas consequências ao baiano que, como vimos, foi obrigado a deixar sua terra natal para trás. No Rio de Janeiro, Diniz ficaria até o final de 1849 quando resolveu retornar à Bahia, dessa vez por questões pessoais. Além da morte de seu pai, o redator demonstrava, nas páginas da “Marmota na Corte”, uma angustiante saudade de sua mãe. Foi na edição de 18 de dezembro, deste mesmo ano, que ele anunciou o seu retorno e informou a continuidade do trabalho por meio de correspondências, enquanto a publicação ficaria a cargo de Paula Brito.

Na Bahia, o irreverente redator ficaria por alguns meses, indo para Recife em 1850. Em sua curta estadia na terra natal, Diniz criou o jornal intitulado “A Verdadeira Marmota: do Dr. Próspero Diniz” em clara indireta às demais “marmotas”. Em Pernambuco, o baiano também deixou sua marca ao fundar “A Marmota Pernambucana” e, através de suas páginas, teceu duras críticas ao governador Honório Carneiro Leão, o que o levou a ser exilado e preso na ilha de Fernando de Noronha.

Em agosto de 1851, Próspero Diniz retornou ao Rio de Janeiro e chegou, inclusive, a ter uma participação especial na “Marmota na Corte”, mas seu prestígio já não era o mesmo, devido ao sucesso do editor e redator Francisco de Paula Brito. Fato é que, em 04 de maio de 1852, o baiano foi completamente desligado, pondo fim à primeira fase do jornal. O redator e o tipógrafo foram duas figuras diametralmente opostas quanto aos seus propósitos para a gazeta, sendo inevitável essa dissolução.

Segundo Rinaldo Cavalcante dos Santos, enquanto Paula Brito tinha mais um interesse empreendedor e estava mais preocupado com a rentabilidade do jornal, Diniz era o típico jornalista polemista que, como supramencionado, não tinha qualquer pudor em direcionar suas críticas (2009, p. 18). O jornalismo empresarial, desejado por Paula Brito, era uma tendência que estava em voga nesse período, rompendo com a imprensa política, praticado por Diniz e mais recorrente durante o Período Regencial, momento de intensos embates envolvendo conservadores e liberais.

Isso fica nítido quanto às suas pretensões anunciadas nas primeiras páginas do jornal. Segundo o próprio redator, os motivos que o impulsionaram a escrever a folha era para “servir a pátria da algibeira” e não por interesses pessoais. Diniz se via como “um desses entes que aí andam mariscando algum vintém com que possam sustentar parca e honradamente a vida.” (Próspero Diniz, 1849, n. 01, p. 01). Em sua despedida da “Marmota da Bahia”, o baiano conforta seus leitores anunciando que continuaria a contribuir com o periódico de forma gratuita, sendo necessário somente “alguma coisa com que eu pague os emolumentos do tribunal de minha barriga.” (Próspero Diniz, 1849, n.07, p. 02)

Dessa forma, quando o jornal surge em 1849, a imprensa já ganhava conotações empresariais com grandes periódicos como o Jornal do Commercio, o Correio Mercantil e o Diário do Rio de Janeiro, sendo os principais expoentes. Como fica claro, Diniz adota um discurso mais incisivo, narrando os principais problemas da capital. Na edição de 18 de setembro de 1849, anunciava que havia se tornado “corregedor geral dos abusos e representante dos direitos do povo” (Próspero Diniz, 1849, n. 4, p. 01) cuja obrigação seria fiscalizar as autoridades, seja civil ou eclesiástica, quanto ao cumprimento de suas obrigações.

O baiano, portanto, utilizava as páginas de seu jornal para exprimir suas opiniões quanto às suas impressões da capital, por onde ele flanava, observando as condições estruturais e sociais. Na quarta edição da gazeta, o redator, após visitar o Teatro de São Pedro, publica suas impressões a respeito do local, mas o que chama a nossa atenção aqui, são seus comentários prévios, que caracterizam o seu intuito com o jornal:

É livre a qualquer pessoa dizer a sua opinião não indo ela contra as leis estabelecidas, e nesta conformidade, seguindo os meus protesto de falar sinceramente ao público, direi o que sinto, e pintarei o meu gosto para quem ler combinar e adotar o que achar bom, desprezando o que for errado, ou esclarecendo-me no que eu pensar mal, o que muito agradecerei, porque não campo de sábio, ao contrário, desejo aprender, e muito tenho que aprender (Próspero Diniz, 1849, n.04, p. 03)

A declaração de Próspero Diniz reflete não apenas o propósito editorial de seu jornal, mas também sua visão sobre o papel da imprensa como um espaço de diálogo e aprendizado mútuo. Ao enfatizar a liberdade de expressão dentro dos limites legais e a busca pela troca sincera de ideias, Diniz almeja construir um espaço interativo, no qual os leitores possam refletir criticamente sobre a realidade da capital.

A sensibilidade autocrítica do redator, disposto a aprender com as diversas perspectivas, alinha-se com os ideais iluministas e os valores democráticos emergentes na sociedade brasileira do século XIX. Com isso, as páginas do jornal não se limitam a criticar a cidade, mas se tornam um convite à reflexão coletiva e à construção de conhecimento, consolidando o jornal como um importante veículo de expressão cultural e literária de sua época.

A “Marmota na Corte”: objetivos, público-alvo e conteúdos

O título do jornal causa certa estranheza, nos dias atuais, devido à pouca familiaridade com o termo. Mas como se depreende, havia várias “marmotas” espalhadas pelas províncias do Brasil. Quanto ao seu significado, Simionato nos esclarece que se tratava de um brinquedo peculiar do século XIX – que também era conhecido como cosmorama ou lanterna mágica – e consistia em uma caixa com imagens distorcidas por espelhos em seu interior, evidentemente em alusão ao seu propósito de divertir o leitor (2009, p. 21)

Publicado às terças e quintas-feiras na oficina de Paula Brito, o jornal dedicava suas primeiras páginas à produção de textos em prosa, nos quais o redator compartilhava suas impressões sobre a cidade, como já mencionado. Nas páginas subsequentes, o periódico voltava-se à formação moral dos assinantes por meio de poesias, charadas, logogrifos e outras atividades, que aliavam entretenimento e instrução.

No momento em que o jornal surgiu, a imprensa brasileira passava por transformações significativas. Segundo Nelson Werneck Sodré, em sua obra clássica “História da Imprensa no Brasil”, fundamental para entendermos a evolução do jornalismo no país e suas relações com os contextos político, econômico e cultural, a imprensa estava em um processo de mudança tanto em sua forma quanto em seus conteúdos. Deixava de ser predominantemente política e começava a integrar de forma mais intensa temas literários, marcando um distanciamento das questões puramente políticas para adentrar um campo mais amplo de abordagens culturais (Sodré, 1966, p. 212)

Segundo Cristiane Henriques Costa, nesta época, a imprensa era o melhor meio para a produção literária, tendo em vista que os meios jornalístico e literário estavam imbricados. É tão somente na virada do século XX que a literatura se emancipa e se torna um campo separado (Costa, 2005, p. 06). Grandes nomes como Gonçalves Dias, Machado de Assis e José de Alencar – para citarmos alguns exemplos – viam na imprensa periódica uma aliada para divulgação de suas obras.

Outro autor que parte desse pressuposto é José Alcides Ribeiro. Em seu livro “Transdisciplinaridade: literatura brasileira e jornalismo – Correio Mercantil”, Ribeiro busca demonstrar que a separação entre os textos literários e jornalísticos no século XIX é apenas aparente. Segundo o autor, jornalistas e escritores lidavam com as culturas jornalística e literária, configurando, assim, um produto conjunto: o jornal. Essa perspectiva, no entanto, parece-nos distante na contemporaneidade, uma vez que, ao longo do século XX, as produções literárias foram gradualmente afastadas dos meios jornalísticos (Ribeiro, 2006, p. 18)

A “Marmota na Corte” reflete o momento de transição e transformação pelo qual passava a imprensa brasileira no século XIX, quando os meios jornalísticos e literários estavam interligados e o jornal se configurava como um espaço plural de entretenimento e formação moral. Nesse contexto, o periódico não apenas informava, mas também moldava valores e comportamentos, especialmente entre os leitores mais jovens e as mulheres. A convivência entre os gêneros jornalístico e literário, no mesmo espaço editorial, possibilitava uma rica troca de influências, com textos literários, poesias, charadas e reflexões sobre a cidade, que iam além da simples comunicação de fatos.

Quanto à estrutura do periódico, podemos concluir que as primeiras páginas eram reservadas a textos em formato de prosa, ora com discursos acalorados de Diniz sobre alguns problemas que a cidade enfrentava, ora com reflexões, avisos e discussões sobre assuntos triviais. Já nas páginas subsequentes eram recorrentes as poesias e os sonetos enviados pelos assinantes, charadas, sugestões para o “belo sexo” e aos jovens, de como se portar de forma adequada naquela sociedade, desafios aos leitores e artigos.

Os artigos publicados na Marmota chamam a nossa atenção, pois haviam sido motivos de acalorados debates entre os próprios assinantes. Tratavam-se de reflexões que o redator fazia a respeito de elementos abstratos como as lágrimas, o beijo, o amor, etc. Um que gerou uma enorme repercussão foi o artigo intitulado “O Cravo e a Rosa” (O Cravo e a Rosa, 1849, n. 03, p. 03), onde o redator fala de uma

importância maior do Cravo, em detrimento da Rosa, gerando a contraposição de alguns dos seus fiéis assinantes, que não eram censurados por Diniz e Paula Brito, e tinham suas réplicas publicadas no jornal.

Isso mostra a importância das contribuições dos assinantes para a manutenção da dita folha. A busca pela constante interação com os leitores era uma reivindicação do jornal desde a sua gênese, quando, na primeira edição, Próspero Diniz pede a ajuda aos seus colaboradores para que eles enviassem à tipografia de Paula Brito notícias, poesias, charadas e desafios para o divertimento do público. Para tal, não precisava ser um erudito e letrado, pois os textos seriam corrigidos antes de serem publicados, como o próprio redator anunciava.

Enquanto não estou bem familiarizado com as moléstias do país, rogo à bela rapaziada desta cidade (que bastante viveza tem), que me remetam à tipografia notícias interessantes que cá publicarei, e basta só darem o tema que eu farei o sermão. Os que tiverem veia poética, mandem todas as poesias que fizerem, ainda mesmo incorretas que eu as corrigirei (...) Rapazes, patuscos, estudantes, caixeiros, todos, todos cheguem para mim, ajudem-me com as informações da terra que verão como o negócio toma caminho (Próspero Diniz, 1849, n. 01, p. 01)

Na edição de 4 de dezembro de 1849, o jornal lançava uma “questão a prêmio” aos seus assinantes para que eles argumentassem sobre “qual é a coisa mais fácil que há e qual é a coisa mais difícil que há”. Aquele que respondesse com mais criatividade, ganharia “uma coleção da Marmota ricamente encadernada” (Questões a Premio, 1849, n. 26, p. 04). Isso desencadeou uma profusão de respostas que fez com que o redator tivesse conteúdos desta seção até, pelo menos, junho de 1850 com dezenas de respostas publicadas.

Próspero Diniz e Paula Brito pareciam ter entendido perfeitamente que a quantidade de assinantes era questão *sine qua non* para a perpetuação da gazeta. Sabemos que, naquele período, muitos outros periódicos tiveram sobrevivência efêmera em decorrência da baixa demanda, chegando a circular somente com algumas unidades de edições. Para evitar o fracasso do jornal, o redator e o editor resolveram fazer do periódico um meio pelo qual os assinantes tivessem papel preponderante, dando oportunidades para muitas pessoas ávidas de serem “ouvidas”.

Além do mais, a “Marmota na Corte” tinha um público-alvo bem definido: mulheres e jovens que, por sua vez, eram os mais interessados na temática da folha. Segundo o próprio redator, o conteúdo jocoso, crítico, científico e poético do jornal “atacam muito a mocidade do tempo presente” (Próspero Diniz, 1849, n. 06, p. 01). Esse entendimento e proposta de inter-relacionar-se com esses mesmos leitores, levou a conservação do título por quase quinze anos.

Como já premeditado, é quase impossível saber a qual classe social pertenciam seus assinantes e assíduos colaboradores, já que muitos preferiram o anonimato e muitos outros foram nomes esquecidos pela historiografia. Mas podemos imaginar, com base no público-alvo explicitamente declarado pelo redator, que eram, em grande maioria, jovens e moças os principais colaboradores e, segundo ao que indica, pessoas desafortunadas.

Em carta ao “amigo Pedrosa”, que ficou responsável por dirigir a “Marmota da Bahia”, Próspero Diniz recomendou ao redator que imprimisse críticas “só de gente pobre, e de frades ou freiras, porque os ricos são sempre honrados” e concluiu “nunca fale na gente de alto bordo” (Próspero Diniz, 1849, n. 07, p. 02). É significativo que esse trecho da carta tenha sido publicado nas páginas da “Marmota na Corte”, porém não deixa de ser revelador o propósito popular do redator.

Em 31 de dezembro de 1849, Próspero fazia um discurso ufanista na folha quanto ao sucesso do jornal no Rio de Janeiro que, naquela altura, estava em sua trigésima primeira edição. Mas o que chama a nossa atenção é o número de assinantes do periódico, segundo o redator havia, naquele momento, quinhentos e onze assinaturas, dentre os quais estavam “donas de casa”, “estudantes”, “frades”, “soldados”, “meirinhos” e “alguns pais de família pobre” (Próspero Diniz, 1849, n. 31, p. 02).

Entre o filho e a filha: o primeiro concurso

Aqui buscaremos analisar os poemas dos concursos de glosas realizados pela “Marmota na Corte” contextualizando, *pari passu*, com o costume da época. Segundo Chartier (1995), um texto não é pura e simplesmente a visão isolada do autor sobre determinado processo, essa é somente uma das múltiplas variantes que incidem sobre o significado do texto. Para uma melhor apreensão é necessário levar em consideração outros fatores como o contexto e o próprio tipo de material produzido.

(...) Devemos lembrar fortemente que não há texto fora do suporte que o faz ler, que não há compreensão de uma escrita, seja ela qual for, que não dependa das formas como ela chega ao seu leitor. Daí a necessária seleção entre dois tipos de dispositivos: os que decorrem da sua inserção no texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor; aquelas que resultam da publicação em livro ou impressa, produzida por decisão editorial nos trabalhos da oficina, visando leitores que possam não estar de acordo com o desejado pelo autor (Chartier, 1995, p. 86, tradução nossa).²

2 No original: “(...) hay que recordar con fuerza que no hay texto fuera del soporte que lo de a leer,

O primeiro concurso de glosa lançado pelo periódico foi em 4 de junho de 1850 e oferecia como prêmio uma coleção de 100 números da Marmota. Aqueles que desejassem participar deveriam criar uma glosa em cima do mote e enviá-la para a redação, que seria logo publicada nas páginas do jornal e “juízes retos e imparciais” iriam julgar qual fosse o(a) merecedor(a) do prêmio. O primeiro concurso tinha como mote proposto os seguintes versos: “Faz-se preciso saber,/ Segundo as leis sociais,/ Si são os Filhos, ou Filhas,/ Que dão mais gostos aos Pais.” (Convite, 1850, n. 72, p. 04)

São enviadas duas glosas por L. J. P., no dia 12 de Julho de 1850. Na primeira, o glosador diz que entre o filho ou a filha, é esta que, ao casar, dá mais gosto aos pais, como fica claro na última estrofe: “(...) As filhas, é bem sabido,/ São todas uns fardos tais,/ Que, casando-se, são elas/ Que dão mais gostos aos pais.” (L. J. P, 1850, n. 79, p. 04)

O glosador era, como o próprio se identifica, “um velho que tem filhas belas, bonitas, discretas mas pobres...e sem casá-las não quer ter netos e netas” (L. J. P, 1850, n. 79, p. 04). Isso evidencia a disparidade envolvendo as mulheres da burguesia e o incentivo pela maternidade, em comparação com as mulheres de baixa renda, onde a procriação traria mais prejuízos financeiros, daí a necessidade de casá-las passando a ser essa uma responsabilidade do marido e não mais do pai.

A opção pelo casamento por parte de L. J. P., além de eximir das obrigações paternas, transferindo a responsabilidade para o marido, tinha também um interesse religioso por trás já que o casamento era tratado pela Igreja como uma questão moral e espiritual, sendo um dos sétimos sacramentos instituídos por Cristo (Vide, 2011). Vale ressaltar que essa é uma época em que o Governo e a Igreja disputavam pela jurisdição matrimonial, enquanto o primeiro tinha interesse em torná-lo civil, a Igreja só legitimava o casamento sancionado por um pároco e com presença de testemunha (Santirocchi, 2012, p. 87-88).

Ainda assim, havia uma disparidade entre famílias burguesas e as classes mais baixas. No Brasil do século XIX, o matrimônio era uma boa opção para uma pequena parcela da sociedade que procurava unir seus interesses. Entre os mais desfavorecidos, como é o caso de nosso poeta, o casamento formal não

que no hay comprensión de un escrito, cualquiera que sea, que no dependa de las formas en que alcanza a su lector. De ahí la necesaria selección entre dos tipos de dispositivos: los que derivan de su puesta en texto, de las estrategias de escritura, de las intenciones del autor; las que resultan de la puesta en libro o en impreso, producidos por la decisión editorial en el trabajo del taller, apuntando a lectores que pueden no ser conformes con los deseados por el autor” (Chartier, 1995, p. 86).

preponderava, em decorrência das altas despesas dos custos do matrimônio (Soihet, 2004, p. 308). Já entre as famílias ricas, o casamento era visto como uma oportunidade de “ascensão social ou uma forma de manutenção do status” (D’Incao, 2004, p. 191).

Isso é ainda mais evidente em uma glosa que também participou desse concurso, no nome de A. J. de F., publicada no jornal em 10 de setembro de 1850. Segundo a opinião do(a) glosador(a) apesar dos pais procurarem para a filha um marido, eles não a casam sem dinheiro, como podemos ver na segunda estrofe:

Seja pobre, ou seja rica,/ Dá a moça que entender;/ É infeliz a mulher,/ Pois a todos mortifica;/ A bolsa ao pai enphytica/ Em dotes e enxovais/ Põe-no em ânsias mortais/ Para dar-lhe um companheiro;/ Mas não casa-a sem dinheiro/ Segundo as leis sociais. (A. J. de F, 1850, n. 91, p. 04)

Ainda nessa mesma glosa, A. J. de F. chamaria a atenção para um outro ponto sintomático daquela sociedade: a vigilância feminina. Em sua última estrofe o(a) autor(a) conclui:

Vê-se a terna mãe cansada/ Em a filhinha espreitar;/ Não a pode – só – deixar/ Traz-la sempre acompanhada;/ Passa vida atribulada/ Quem atura fardos tais;/ Não sendo todas venais,/ Todas tem suas mazelas:/ – Ergo – são eles, não elas,/ Que dão mais gostos aos pais. (A. J. de F, 1850, n. 91, p. 04)

Essa vigilância pertinaz, da mãe para com a filha, evidentemente era uma forma de mantê-la virgem e imaculada para tirar um bom proveito das alianças proporcionadas no matrimônio. Essa fiscalização era feita não somente pela mãe, mas pela sociedade como um todo, o que fazia com que essas mulheres aprendessem a se comportar e a conviver segundo as regras de educação vigentes, em qualquer meio.

A vigilância, como se sabe, sempre foi a garantia do sistema de casamento por aliança política e econômica. O atenuamento dela, quando interpretado simplesmente como libertação da mulher, pode nos levar a conclusões confusas ou pouco esclarecedoras a respeito da própria vigilância e da família que a praticava e consequentemente da família que deixou de praticá-la. O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamento por interesse. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar. (D’Incao, 2004, p. 197)

Já em uma outra glosa publicada na gazeta, em 13 de dezembro de 1850, o glosador, que prefere o anonimato, associa a igualdade de gênero com socialismo, duas discussões que estavam ganhando espaço na primeira metade do oitocentos. Para ele, trata-se de proposições correlatas, já que o último sugere uma igualdade

universal, é imprescindível que englobe também os gêneros. Vejamos a segunda estrofe do poema:

Aposto com quem quiser/ Que o melhor socialista/ Não quer distinção
exista/ Entre o homem e a mulher:/ Se um e outro tiver/ Merecimentos
reais,/ Cumpre que sejam iguais/ Sem a menor diferença;/ Pois fora o
contrário ofensa,/ Segundo as leis sociais. (Mote, 1850, n. 116, p. 03)

Este ao qual o autor se refere é o “socialismo utópico”, que surgiu na primeira metade do século XIX, em decorrência das disparidades sociais proporcionadas pelas revoluções francesa e industrial. Esses socialistas, apesar das diferentes proposições, eram imbuídos de ideais de justiça e fraternidade e buscavam alcançar uma organização social mais equitativa através da propaganda, de forma pacífica, rejeitando toda ação política e revolucionária (Marx; Engels, 2010, p. 68), diferença fulcral dos chamados “socialistas científicos”, que só vão ganhar espaço no Brasil no final do século XIX.

Essas ideias de progresso, tão latentes na Europa, chegam ao continente americano por intermédio dos imigrantes, sobretudo franceses. Podemos citar, inclusive, alguns dos grandes expoentes desse socialismo que tiveram no continente, como Saint-Simon, Victor Considérant e Michel Chevalier. Outros não chegaram a pisar na América, mas tiveram suas ideias circulando pelo continente como Pierre-Joseph Proudhon e Jean-Baptiste Joseph Fourier. Ainda assim, é incipiente falarmos de uma conscientização da classe trabalhadora no continente, que ainda está dispersa, sobretudo no Brasil, como discute Abramson:

Agora, o que essa abertura contribui? É claro que, neste país aristocrático e escravista, sem o menor início da Revolução Industrial, as ideias de 48 não significam de forma alguma a consciência de uma classe trabalhadora nascente. Pelo contrário, a abertura e o recurso às ideias socialistas significam antes o início da afirmação de uma burguesia mercantil que sufoca sob a bota quase feudal dos senhores de engenho. (Abramson, 1999, p. 142, tradução nossa)³

No Brasil, temos a presença do francês Louis Léger Vauthier, que desembarcou em Recife em 1840, chegando a se tornar chefe da administração de Obras Públicas em Pernambuco, trazendo o socialismo fourierista e que manteve relações com protagonistas da Revolução Praieira, como Antônio Pedro de Figueiredo e José Inácio de Abreu Lima. Figueiredo que, por sua vez, foi redator de “O Progresso”, o mais socialista dos jornais de Recife, tendo importantes contribuições de Vauthier.

3 No original: “Ahora bien, ¿qué aporta esta apertura? Desde luego, en este país aristocrático y esclavista, sin el menor comienzo de revolución industrial, las ideas del ‘48 no significan en modo alguno la concientización de una clase obrera nascente. Por el contrario, la apertura y el recurso a las ideas socialistas significan más bien el inicio de la afirmación de una burguesía comerciante que se asfixia bajo la bota casi feudal de los senhores de engenho” (Abramson, 1999, p. 142).

No Rio de Janeiro, a presença de Fourier também foi sintomática. Em 1845, o francês Benoit Jules Mure, e os brasileiros Manuel Gaspar de Siqueira Rego, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien, todos simpatizantes do socialismo fourierista, publicaram “O Socialista da Província do Rio de Janeiro”. A defesa do jornal girava em torno da abolição da escravidão, reformas na monarquia, demarcação de terras indígenas e luta pela homeopatia para os desfavorecidos (Fridman, 2014, p. 65-71).

Como se depreende, foi significativa a influência das ideias de Fourier no Rio de Janeiro, o que não se limita apenas às províncias brasileiras. Segundo Abramson (1999), o fourierismo foi, de todas as doutrinas sociais utópicas, a que mais teve êxito na América Latina. É de se imaginar que o glosador, ao associar igualdade de gênero e socialismo, esteja imbuído dessa corrente social, já que a emancipação da mulher também era uma pauta defendida pelo francês.

Entre o casado e o solteiro: o segundo concurso

Em 30 de setembro de 1851, o jornal iniciava três concursos de glosas que ocorreriam simultaneamente. Limitaremos aqui apenas ao segundo concurso⁴, já que, dos três últimos, foi o que mais despertou o interesse dos assinantes. Quanto aos terceiro e quarto concursos, por não haver uma assídua participação e, com isso, ter um número ínfimo de glosas, achamos serem eles insuficientes para uma discussão consubstancial, podendo desvirtuar o propósito da presente pesquisa.

A proposta do segundo concurso era de premiar, com um dicionário de Constância, a melhor glosa proposta ao mote. As poesias deveriam ser enviadas para a redação, onde seriam publicadas nas páginas do jornal e julgadas por uma banca examinadora composta por três solteiros e três casados. Vejamos, na íntegra, o mote deste concurso: “Entre o solteiro e o casado/ (Decida quem for juiz);/ Qual é o melhor estado;/ Qual dos dois é mais feliz.” (Questões a Premio, 1851, n. 197, p. 04)

A discussão envolvendo a solteirice e o casamento é tratada pelos glosadores como uma opção pela libertinagem ou pela civilidade, respectivamente. Enquanto o solteiro era visto como alguém livre para exercer os seus desejos, o casado era quem se abdicava de sua liberdade para viver pela família. No oitocentos, a família era tida como essencial na formação de cidadãos fortes e civilizados.

Se Deus o homem criasse/ Só para beber e dançar,/ E seu fim fosse folgar,/ Se de mais nada cuidasse;/ Se ele só, enfim, curasse/ De Epicuro

4 Segundo concurso do jornal, mas o primeiro dos três lançados simultaneamente.

às leis atado,/De comer, dançar o fado;/Solteiro quisera eu ser,/se me dessem a escolher/ Entre o solteiro e o casado. (J.R.A.T, 1851, n. 203, p. 04).

O autor da glosa acima é claro quanto aos benefícios da solteirice: além da liberdade, o solteiro era alguém que não possuía certas preocupações que um homem casado, provedor da família, tinha. Apesar de sua preferência pela solteirice, o glosador se encontra quase como sem escolha, sendo o casamento a única alternativa viável. Isso diz muito sobre aquela época, cujo modelo familiar burguês era almejado e visto como primordial para o projeto civilizador.

Tratava-se de uma família patriarcal, cristã e com as funções internas bem divididas: sendo o pai a figura central e o principal responsável pela subsistência dos demais, enquanto a mãe era quem ficava incumbida da administração do lar, do conforto e da educação dos filhos. Estes, por sua vez, eram ensinados, na intimidade do lar, a se portarem corretamente segundo as etiquetas da época. Esse era um primeiro estágio para a formação do cidadão civilizado.

O glosador trata o casamento como um sacrifício necessário, já que no Brasil do século XIX, marcado pelas ideias de família burguesa, a presença da Igreja na vida privada e a circulação de ideais de moralidade, a qualidade de solteiro não era bem quista, principalmente entre a elite cujo matrimônio era condição *sine qua non* para o prestígio social de alguém. Exemplos na literatura não faltam, como a pressão em cima de Brás Cubas para que ele se casasse e não morresse solteiro em “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (Assis, 2014). Assim como o Conselheiro Aires, personagem do romance “Esaú e Jacó”, que “não amava o casamento. Casou por necessidade do ofício” (Assis, 1994, p. 17).

Entre os populares, esse modelo de família burguesa não era tão eficiente assim. Como supracitado, entre os mais pobres, o casamento não era tão difundido como acontecia entre as classes altas, pelo menos o casamento formal. Entre a elite, essa era uma questão de relações sociais envolvendo duas famílias com interesses mútuos, o que não ocorria entre os subalternos que também tinham o empecilho das despesas matrimoniais.

Isso nos permite concluir que o status de solteiro era mais difundido entre os populares, enquanto o casamento entre os mais abastados? Em *lato sensu*, sim. Era proporcionalmente maior o número de solteiros entre os mais pobres, assim como o era o número de casados entre a burguesia, apesar de haver exceções. Quanto aos participantes do segundo concurso, seja ele partidário da solteirice ou do casamento, seria precipitado concluir que isso é o suficiente para considerá-lo

como pertencente a uma ou outra estratificação social. Aqui evitaremos esse tipo de categorização.

Ainda assim, não deixa de ser interessante que L. J. D'A., ao entrar no segundo concurso e sair em defesa do solteiro, usa como justificativa as dificuldades de um pai de família, após casar, em suprir as necessidades básicas dos filhos. Para ele, o solteiro além da liberdade para “comer”, “beber”, “folgar” e “dançar” consegue ser feliz “mesmo não tendo dinheiro” (L. J. D'A., 1851, n. 200, p. 04). O que o autor está dizendo é que o casamento trazia situações onerosas, o que para uma pessoa abastada não era um problema, mas para os desafortunados sim.

Mais significativo ainda é a glosa de J. B. de Sena, publicada no jornal em 21 de outubro de 1851. Em favor dos solteiros, o autor destaca também a condição de liberdade que o indivíduo possui enquanto os casados vivem numa prisão até a morte. É interessante a classificação que ele faz ao casado como “homem afortunado” e ao solteiro como “pobre”:

Inda mesmo o que acertar/ Na escolha de uma consorte,/ É prisão, que só com a morte/ Seus ferros pode quebrar!.../ Nem se deve reputar/ Por homem afortunado,/ Pois que já lhe não é dado/ A liberdade fruir;/ Segue agora concluir/ Qual é o melhor estado./ Que, se conserva solteiro,/ Muito embora pobre seja,/ Folga, dança, ri, graceja,/ Não dá contas a terceiros. (J.B. de Sena, 1851, n. 203, p. 03-04)

A opção mais viável entre os mais pobres era o regime de concubinato, contudo, o discurso do casamento formal ainda carregava enorme prestígio na sociedade, o que parece denotar uma influência da cultura dominante sobre as classes mais baixas. Já o estado de solteiro era o oposto. Na glosa escrita por J. R. A. T., ele vai ponderar que este é o mais apetecível, caso o homem nascesse para usufruir da liberdade que tal condição lhe proporciona, mas como não é o caso, deve-se casar o homem e conclui: “Sem sacrifício real/ Não pode virtude haver/ Sem ela deixa de ser/ Feliz o pobre mortal./ Nunca o solteiro, em geral,/ Sacrifícios quer, ou quis.” (J. R. A. T, 1851, n. 203, p. 04.)

Essa glosa de J. R. A. T a favor do casamento e tratando o homem solteiro como um egoísta contumaz, ofendeu L. J. D'A. que havia saído em favor dos solteiros na edição de número 200. Este acreditava piamente que a glosa de J. R. A. T foi uma resposta a sua, o que o levou a respondê-lo na edição de número 205. Em sua resposta, o autor ratifica o anonimato ao se referir a si como “fulano de tal” (L. J. D'A., 1851, n. 205, p. 03), possivelmente por temer a represália do público com relação à sua opinião e alega que o mote proposto pressupunha uma liberdade de expressão.

A questão do anonimato era uma prática comum no século XIX, quando se utilizavam de pseudônimos, asteriscos, iniciais dos nomes e até epítetos, como uma forma de atrair ou afastar o leitor, ou por apego ou desprezo ao autor, uma forma de “valorizar mais a palavra do que o nome do autor” (Santos, 2009, p. 190). No caso dos assinantes, não havia essa preocupação, já que, até onde sabemos, são assinantes e não escritores célebres. Então, o que parece levar a maioria dessas pessoas a manter o anonimato é justamente a liberdade para expressar sua opinião.

Um assinante, que se identifica como S., faz uma ressalva que diz muito sobre o que era o casamento para aquela sociedade. Segundo o glosador, o grande problema do matrimônio está na impossibilidade do divórcio, pelo menos segundo as convenções sociais daquela época que, como já vimos, eram muito influenciadas pela Igreja. Por isso, o autor opta pela liberdade que um solteiro dispunha, ao invés da “infelicidade” do casamento e na inviabilidade de reversão (S., 1851, n. 206, p. 04).

Para a poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão, que também participou com algumas poesias neste concurso, ao defender o casamento, vai ponderar que o “homem sério e prudente” deveria conhecer melhor a sua pretendente antes de desposá-la e, assim sendo, pode “sem riscos casar” (Brandão, 1851, n. 207 p. 03). Enquanto S. sai em favor da separação como solução ao casamento malfadado, Brandão busca a causa primeira a fim de evitar o divórcio, já que o casamento era perpétuo e indissolúvel, raras algumas exceções (Vide, 2011).

De acordo com o título 72 das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o divórcio legal era permitido apenas em situações específicas: quando uma ou ambas as partes decidissem ingressar em uma ordem religiosa; no caso de adultério, desde que não fosse cometido por ambos os cônjuges ou praticado com o consentimento do outro, situações em que a anulação se tornava inviável; em casos de apostasia de fé por parte de um dos cônjuges; ou quando a integridade física de um dos cônjuges estivesse em risco devido à ameaça do outro (Vide, 2011, p. 126-129).

A análise das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia evidencia como o casamento era rigidamente regulado pela moralidade e pelos princípios religiosos, destacando as poucas e específicas condições em que o divórcio era permitido. As situações excepcionais, como entrada em ordem religiosa, adultério unilateral, apostasia ou ameaças à integridade física, demonstram a preocupação

da Igreja em preservar a sacralidade do matrimônio, enquanto buscava soluções para casos que comprometessem os valores cristãos ou a segurança dos cônjuges.

Para finalizarmos esta questão, L. J. P. resume tudo aquilo que por nós foi tratado com relação ao casamento e o estado de solteiro: o primeiro muito atrelado às questões morais e religiosas, enquanto o segundo como sendo um libertino. Vejamos nas palavras do glosador quais eram suas percepções a esses dois estados:

O casado a mulher beija,/ Ela lhe faz mil carinhos,/ Aos ternos caros
filhinhos/ O par amante festeja;/ Um osculo de Deus bafeja/ O casal
santificado;/ O solteiro sempre errado/ Não passa de uma libertino/
Eis aqui sem muito tino/ Qual é o melhor estado. (L. J. P., 1851, n. 206,
p. 04)

A visão de L. J. P. reforça esse panorama, ilustrando o contraste moral entre o estado de casado, visto como abençoado e virtuoso, e o estado de solteiro, associado à libertinagem e à falta de direção espiritual. Assim, tanto as normativas legais, quanto às percepções culturais da época, convergem para exaltar o casamento como um ideal divino e moral, ao mesmo tempo em que marginaliza a condição de solteiro, reforçando o papel central da instituição matrimonial na sociedade do período.

Conclusão

Através das análises dos dois concursos de glosas, dos quatro realizados pela “Marmota na Corte”, podemos extrair diversas informações a respeito daquela sociedade do oitocentos, sobretudo atrelados aos preceitos morais daquele período. Para tal, foi necessário entender o papel da imprensa da metade do oitocentos, que estava se tornando cada vez mais empresarial; as propostas do redator e tipógrafo, Francisco de Paula Brito e Próspero Diniz, que, como vimos, tinham visões diametralmente opostas, e o papel da Marmota, desde seu público-alvo, suas propostas e seus objetivos como um jornal joco-sério.

Todas essas questões são, para nós, preponderantes para conhecermos minimamente quem eram esses “anônimos”, objeto de nosso estudo. A partir desse “mote”, procuramos compreender que um texto carrega múltiplas vozes, por mais sutis que elas sejam. Com isso, visamos contribuir para o entendimento de que, o que somos, as opiniões que temos, as escolhas que fazemos e o que escrevemos não são apenas decisões arbitrárias de nossas vontades, mas resultado de nossas relações com o outro.

Referências

- A FAMÍLIA**: jornal literário dedicado à mãe de família. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/379034/1>. Acesso em: 03 fev. 2025.
- ABRAMSON, P. **Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- A.J. de F. Questões a Premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 10 set. 1850. n. 91, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/359>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: MEC, 1994.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRANDÃO, Beatriz. Questões a Premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 4 nov. 1851, n. 207, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/829>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, n. 69, 2010, p. 6-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressos, lecturas. **Revista de História**. São Paulo, n. 132, p. 83-94, 1995. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.voi132p83-94. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18756>. Acesso em: 3 de fev. 2025.
- COSTA, Cristiane. Introdução. In: **Pena de Aluguel**: escritores jornalistas no Brasil (1904 a 2004). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 4-8.
- CONVITE. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 04 jun. 1850, n. 72, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/283>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- D'INCAO, Maria. Mulheres e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-201.
- FRIDMAN, F. Socialismo e progresso no Rio de Janeiro do século XIX. **Paranoá**. Brasília, v. 7, p. 65-71, 2014.
- J.R.A.T. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 21 out. 1851, n. 203, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/813>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- J.B. DE SENA. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 21 out. 1851, n. 203, p. 03-04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/813>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- L. J. D'A. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 10 out. 1851, n. 200, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/801>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- L. J. D'A. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 28 out. 1851, n. 205, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/821>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- L. J. P. Questão a Premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1850, n. 79, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/311>. Acesso em: 10 dez. 2024.

L. J. P. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 31 out. 1851, n. 206, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/825>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTE. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 13 dez. 1850, n. 116, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/451>. Acesso em: 10 dez. 2024.

O JORNAL DAS SENHORAS: Modas, Litteratura, Bellas-artes, Theatros e Critica. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/700096/1>. Acesso em: 03 de fev. 2025.

O CRAVO E A ROSA. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 14 set. 1849, n.03, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/9>. Acesso em: 10 dez. 2024

PRÓSPERO DINIZ. A Marmota. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 7 set. 1849, n. 01, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/1>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PRÓSPERO DINIZ. Edital. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 18 set. 1849, n. 04, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706906/13>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PRÓSPERO DINIZ. Vista de Prologo. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 25 set. 1849, n. 06, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/21>. Acesso em: 10 dez. 2024

PRÓSPERO DINIZ. Despedida. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 29 set. 1849, n. 07, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/25>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PRÓSPERO DINIZ. Gloria in Excelsis Deo.!... **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 21 dez. 1849, n. 31, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/125>. Acesso em: 10 dez. 2024.

QUESTÕES A PREMIO. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 04 dez. 1849, n. 26, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706906/108>. Acesso em: 10 dez. 2024

QUESTÕES A PREMIO. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 30 set. 1851, n. 197, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/789>. Acesso em: 10 dez. 2024.

REIS, L. J. M. **As mulheres no periódico a Marmota (1849-1864)**: escritos, estratégias e noções de civilidade. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

RIBEIRO, José Alcides. **Transdisciplinaridade**: Literatura Brasileira e Jornalismo/Correio Mercantil. Botucatu: Ed. Fernando Bilah, 2006.

S. Questões a premio. **A Marmota na Corte**. Rio de Janeiro, 31 out. 1851, n. 206, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706906/825>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, R. C. **Recreação e vereda Literária**: A Marmota no cenário cultural do século XIX (1849-1861). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis –Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

SANTIROCCHI, Ítalo. **O Matrimônio No Império Do Brasil**: Uma Questão De Estado. Revista Brasileira de História das Religiões. Rio de Janeiro: ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro 2012.

SIMIONATO, Juliana. **A Marmota e seu Perfil Editorial**: Contribuição para Edição e Estudo dos Textos Machadianos Publicados Nesse Periódico (1855-1861). 2009. Dissertação na Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Estética e História da Comunicação - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 304-335.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.